

Painel

Não convence

Todas as "explicações" sobre o decreto do governador Franco Montoro — que promoveu, por antiguidade, o delegado sequestrador José Gustavo de Oliveira — não convencem.

Não há dúvida de que houve um "colchão" tanto da assessoria do governador como dos auxiliares do secretário da Segurança Pública. É obvio que o decreto, na pior das hipóteses, poderia ficar engavetado por alguns dias.

Cabe notar que assessores do governador, antes de tentarem as "explicações", revelaram surpresa ao serem informados do fato por jornalistas.

"Pouca perspicácia"

Nun papel timbrado da embaixada do Japão, um leitor da "Folha" encaminhou ontem à sucursal de Brasília o seguinte bilhete:

"Parece que está havendo pouca perspicácia por parte da imprensa quanto ao futuro candidato do Planalto à Presidência. Anotem, aí, em primeira mão: Danilo Venturini, tendo o sr. Jarbas Passarinho como vice."

Falta de ética

Um integrante da "Chapa Municipalista" que disputará a convenção Regional do PDS paulista despachou ontem ao Palácio do Planalto cópia de um telegrama que está sendo mandado aos convenções pedesistas pelo ex-prefeito Miguel Colasuonno, pedindo votos para a chapa liderada pelo deputado Paulo Maluf.

"Isto é falta de ética, pois afinal de contas o Colasuonno é um dos quatro coordenadores designados pelo próprio presidente Figueiredo para que tenhamos em São Paulo uma disputa justa e sem pressões", argumenta o denunciante.

Aviões britânicos

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Matos, disse esta semana no Rio que, toda vez que aviões britânicos pedirem autorização para sobrevôo ou escala no Brasil, serão atendidos.

Esse procedimento está dentro das normas vigentes. "Não estamos em guerra com ninguém", explicou ele, acrescentando: "Toda vez que aviões britânicos solicitam pouso na Grã-Bretanha, também são atendidos."

Romântica promessa

"A nível estadual, independentemente do Planasa, deverá caminhar-se no sentido de oferecer opções para que os municípios decidam, sem nenhuma injunção, sobre a gestão dos serviços de saneamento diretamente pelos municípios, por consórcios intermunicipais ou através da Sabesp."

O trecho acima faz parte da "Proposta Montoro", apresentada antes das eleições. Agora, a Secretaria de Obras e Meio Ambiente decidiu: não vai ser possível cumprir o planejado. Tudo continua como antes.

Ao vice-rei

Um representante da revista "O Cruzeiro" marcou audiência esta semana com o presidente do PDS, José Sarney, para tentar cobrar dele uma fatura de publicidade do governo do Maranhão, no valor de 8 milhões de cruzeiros.

É que o atual governador, Luís Rocha, recusa-se a pagar a despesa, assim como seu antecessor, João Castelo. O recurso da revista foi apelar para Sarney, talvez pela sua notória condição de "vice-rei do Maranhão", ao abrigo de quem são eleitos os governadores daquela "capitania".

Impasse no ar

Apesar das notícias em contrário, o professor Angarita corre perigo na Vasp. O governador Montoro deseja que o presidente daquela estatal substitua alguns diretores. E Angarita afirma que só permanece com todos os dirigentes que nomeou.

Covas muda

O ex-deputado Nelson Fabiano assume amanhã a Secretaria do Governo Municipal de São Paulo, em substituição a Sérgio Lazzarini, que deixa a Pasta mas permanece na assessoria do prefeito Mário Covas.

Apesar de Covas não querer falar em novas mudanças (essa é a terceira alteração que promove no secretariado em apenas 30 dias de administração) a entrada de Fabiano poderá ser o início de uma quarta modificação. O prefeito já admitiu a intenção de dividir as atribuições políticas da Secretaria dos Negócios Extraordinários com a Secretaria do Governo.

Quem foi indelicado?

O ministro da Justiça, Abi Aekel, interrompeu a entrevista coletiva que concedia na última sexta-feira, em seu gabinete, quando percebeu que um repórter havia repousado a caneta sobre o bloco de anotações.

"Mas você não está anotando", observou.

"O que é importante está anotado", retrucou o repórter.

"Mas tudo o que eu disse sobre o pacote econômico você não escreveu", insistiu Aekel.

"Pode deixar, ministro, que eu sei fazer o meu serviço", protestou o repórter.

Meia hora depois um assessor telefonava para a direção do jornal: "Seu repórter foi indelicado com o ministro."

Baixas no PDT

O ex-deputado Osmar Ribeiro Fonseca, de São Paulo, fez esta semana, a um grupo de jornalistas, uma revelação e uma contestação.

Revelação: um número significativo de filiados do partido estão ameaçando deixar o PDT por causa do acordo com o PDS, no Rio.

Contestação: o presidente em exercício do Diretório de São Paulo, Rogê Ferreira, não está falando a verdade quando diz que o PDT de São Paulo vem crescendo, apesar de submetido a um regime de emagrecimento.

Fracasso previsto

As adesões ao movimento grevista dos funcionários públicos estaduais estão restritas aos grupos ideológicos, o que faz prever o seu fracasso.

Os argumentos utilizados pelos secretários José Serra e João Sayad, demonstrando a impossibilidade de um aumento maior para a categoria, parece ter sensibilizado a maior parte dos representantes de entidades do funcionalismo.

Ilha da fertilidade

Os responsáveis pela campanha da vacinação contra a poliomielite foram surpreendidos com o pedido de vacinas feito pelas autoridades do Território de Fernando de Noronha.

É que, pelo censo de 1980, havia na ilha apenas 103 crianças com menos de cinco anos de idade. Hoje, elas são 201, ou seja, no curto espaço de três anos, o crescimento dessa população foi de quase 100 por cento.

"É isto apesar de eles terem ganhado recentemente uma estação de televisão", comentou, maldoso, um dos técnicos.

Tancredo nega

O governador Tancredo Neves disse não haver nenhuma verdade nos insistentes rumores que sugerem uma mudança próxima em sua equipe de auxiliares.

"O que nos tem faltado para dar mais ênfase e mais eficiência ao governo de Minas são os recursos financeiros. As nossas dificuldades são de meios operacionais e não da capacidade de nossos auxiliares", observou Tancredo.

"Dama de Ferro"

Do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), ao comentar a indole, segundo ele autoritária, da deputada Ivetta Vargas no comando do PTB, com rápida referência à primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher:

"Guardadas as proporções, a Ivetta é a nossa Dama de Ferro."

Contraponto

Remo Franco

O lobo no ar

Quinta-feira diluvial. Delfim Neto amanhece explicando pela "Jovem Pan" as mazelas e as delícias de mais um pacote.

Entre os estopins da zona Sul, a dona-de-casa põe o radinho de pilha do lado do tanque de lavar roupa. Delfim ataca os "lobos de quinta-feira". Aqueles esportos cercados de aparelhos de telefones para flingir trabalho e espalhar boatos. O ministro abre um parêntesis para avisar que aplicação em caderneta de poupança é o que mais rende.

"É pra quem tem pouco poder aplicar e ganhar muito".
Voltando ao "lobo", traça o perfil da fera. Sempre perigoso, seu período de maior agressividade é quinta-feira, alerta Delfim. Nesse dia, angustiado com a falta de dinheiro para o fim-de-semana no Guarujá ou em Búzios, o requintado animal telefona para cinco ou seis aplicadores em mercados de capitais, homens honestos, e cabala:

— Fulano, acabou de falar com Brasília! A coisa está uma barbaridade.
— Como? Calu o governo?
— Pior. Vão taxar até os ossos tudo que tiver aplicado em ações ordinárias. Aplique tudo no "open", sem vacilar. Eu faço para você num minuto.

A peça pega. O "lobo" está com o fim-de-semana garantido:

Delfim alerta:
— Cuidado com o lobo de quinta-feira. A dona-de-casa não aguenta:
— É você, seu pacoteiro de uma figa?
— "Afofo" o lobo de ano inteiro no tanque, com rádio e tudo.

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do Jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

A síndrome da austeridade

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO

De acordo com uma opinião amplamente difundida, os grandes devedores da atualidade são países que se recusaram a cortar os seus gastos, no período que segue ao primeiro choque do petróleo (1973). Outras nações, contrariamente, teriam pautado o seu comportamento pela autocontenção. Por esta razão estariam hoje em condições muito melhores que, digamos, o Brasil, o México e a Argentina. A estes últimos países caberia agora — e por fim — explicar os seus pecados, mediante a adoção de programas de austeridade.

O momento parece pois oportuno para um balanço, ainda que sumário, do ocorrido naqueles países que optaram pela austeridade. Com um tal propósito, nada mais indicado do que voltarmos os olhos para a Europa Ocidental, onde se encontram alguns dos seus mais fervorosos adeptos.

Começemos pelos resultados obtidos, segundo os indicadores: crescimento, emprego e estabilidade monetária. No período 1974-80 as economias integrantes do Mercado Comum Europeu cresceram em média 2,3% ao ano; o desemprego elevou-se, progressivamente, atingindo 6,1% em 1980; quanto à inflação, atingiu (também em 1980) 10,5% ao ano. Se confrontarmos estes resultados com o ocorrido entre 1960 e 1973, veremos que, de 1973 em diante, o crescimento reduziu-se à metade, a inflação mais que duplicou e o desemprego quase triplicou. Nos anos de 1981 e 1982, a situação degradou-se ainda mais, havendo no entanto uma ligeira melhora no que toca à taxa média de inflação. Quanto às perspectivas para o futuro próximo — de 1983 a 1987 — seriam de um crescimento de 2,5% ao ano, acompanhado de uma inflação média de 7,8% ao ano. O desemprego, em 1987, ainda seria, segundo a mesma fonte (CEE), de 11,1%. Em resumo, a austeridade vem sendo acompanhada de resultados que vão de medíocres a péssimos. E a situação não parece tender a melhorar, significativamente, nos próximos anos.

Uma segunda observação a partir da experiência europeia é que, uma vez generalizada a adoção de medidas austeras, nenhum país consegue escapar, isoladamente, à onda recessiva. A regra pode ser ilustrada pelo ocorrido recentemente na França. A partir da vitória socialista, tentou-se promover a reativação e expansão da economia. Razões não faltavam para isto: a austeridade imposta por R. Barre havia-se traduzido em crescente desemprego, acompanhado de elevação da capacidade ociosa na indústria. Em tais circunstâncias esperavam os socialistas que um programa de expansão, ao reativar a economia, permitiria uma ampliação da arrecadação fiscal e uma redução dos gastos com seguro social, capazes de compensar o custo do programa. Caso isto ocorresse, a política de relançamento teria sido plenamente exitosa. Ocorre, no entanto, que dado o elevado grau de abertura da economia

francesa o plano só poderia ter êxito se outras economias também viessem a se expandir. Isto, porém, absolutamente, não ocorreu. Ao insistir, pelo contrário, na autocontenção, os governos da Alemanha, da Inglaterra e de outros países asseguraram o fracasso da tentativa francesa, que rapidamente se veria defrontada com grandes déficits externos, retomada inflacionária e necessidade de desvalorização cambial. É preciso frisar, no entanto, que o programa francês teve efeitos expansivos: eles não foram porém suficientemente aproveitados pela economia francesa, esvaíndo-se, através de diferentes canais, para os demais países. A experiência, no caso, parece indicar que, uma vez implantados regimes de austeridade, as economias que tentam expandir-se são obrigadas a voltar atrás. O inverso porém não é verdadeiro: os países que deliberadamente se retraem não são induzidos pelos demais à expansão. As políticas de austeridade contêm, em suma, um viés deflacionista. Vista a questão por um outro ângulo, percebe-se que a austeridade constitui uma guerra entre as nações, travada a golpes de autocontenção.

Uma última e importante lição deve ser registrada: a austeridade pode ser buscada através de diferentes caminhos. Na Inglaterra de Thatcher a escolha é absolutamente clara. Cortam-se os gastos, rostringe-se o crédito e deixam-se ao mercado a distribuição das penalidades. Na Alemanha, e mais evidentemente na Áustria, porém, os sacrifícios são negociados, havendo ativa participação dos sindicatos nas decisões. Quanto aos resultados obtidos, os da Inglaterra são indiscutivelmente piores. O socialismo austríaco ostenta, sem margem a dúvidas, os melhores indicadores europeus, tanto no que se refere ao crescimento quanto — em particular — no que toca ao desemprego. A inflação observada na Áustria, por sua vez, perde apenas (e por pequena margem) para a Alemanha, onde, como dissemos, a austeridade é também negociada.

Políticas da mais estrita austeridade vêm sendo impostas aos países devedores e ao Brasil, em particular. O que poderia ser dito a este respeito, à luz das observações anteriores?

No que se refere ao desempenho das economias, a experiência de outros países parece indicar que os maus resultados tendem a persistir através de longos períodos. Além do mais, caberia recordar que, ao ser submetida, em 1981, a um programa de contenção, a indústria brasileira sofreu um quase colapso, passando de um crescimento de 7,5% em 1980, para uma queda de 9,6% em 1981. Não obstante a violência do ocorrido, haveria ainda que advertir que, naquela primeira "freada", os investimentos públicos não chegaram praticamente a ser contidos, e os empresários, de sua parte, continuavam a confiar na retomada a curto prazo da economia. Presentemente, e pelo que

se anuncia, os investimentos públicos serão seriamente sacrificados, enquanto as expectativas por parte dos empresários são manifestamente sombrias.

Quanto ao método de escolha e encaminhamento das medidas de austeridade, não pode haver dúvidas. Ao mercado (que se pretende, tardiamente, sacralizar neste País) caberá a "distribuição" dos sacrifícios entre empresas, regiões e camadas sociais. Trata-se, em suma, do método Thatcher, aplicado, porém, a uma sociedade que não é precisamente um Welfare State...

Quanto, finalmente, à possibilidade de escapar individualmente à epidemia de austeridade, caberia dizer que o Brasil oferece possibilidades com que não contam, em princípio, as economias europeias. Isto porque, dado o seu relativo fechamento comercial, a tradição do câmbio flexível (taxas cambiais permanentemente atualizadas) e o virtual controle administrativo das importações, o País teria condições de deflagrar e sustentar um programa autônomo de expansão. Para isto, no entanto, teria de alterar em profundidade a sua política econômica, que passaria a ter por eixo a reconversão industrial e a reciclagem tecnológica. As opções que vêm sendo feitas desde 1981 — e que serão agora, ao que parece, radicalizadas — bloqueiam, porém, quaisquer avanços nesta direção. A desativação dos investimentos que acompanha inexoravelmente os programas de austeridade, além de assegurar a subutilização da capacidade instalada, dificulta ou mesmo impede as mudanças de um aparelho produtivo que necessitaria reconstruir-se para sobreviver.

Restaria, por fim, indagar se a austeridade permitirá colocar em dia o pagamento da dívida. A resposta é aqui seguramente negativa. A dívida — a brasileira, bem como a do conjunto dos grandes devedores — já ultrapassou um volume a partir do qual não é mais possível servi-la. Esta situação, observe-se, nada tem a ver com o caso dos "maus devedores", a partir dos quais cristalizou-se a doutrina do FMI. A única analogia cabível é com as dívidas e reparações estabelecidas após o término da Primeira Grande Guerra. Como ficou então patenteado, a obsessiva e truculenta atitude norte-americana e francesa em relação a estas obrigações impôs, especialmente à Alemanha, terríveis sacrifícios e insuportável instabilidade. Não obstante a pressão exercida, a dívida jamais foi paga, tendo sido posta de lado durante a Grande Depressão e literalmente esquecida após a Segunda Grande Guerra. Enquanto permaneceu como uma questão em aberto, gerou no entanto tensões responsáveis pelo agravamento do tormentoso quadro dos anos 20 e 30 deste século.

ANTÔNIO BARROS DE CASTRO é professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj) e autor de diversos livros, entre os quais "O capitalismo e o poder" e "O Brasil e a crise".

O legado de Keynes

ção messiânica que saturou profundamente o pensamento intelectual, indo muito além da profissão econômica. Nos anos seguintes à sua morte, seus discípulos converteram quase todos os economistas, políticos, jornalistas e demais intelectuais em Keynesianos. Estes convertidos em grande parte nem sequer sabem hoje que são Keynesianos.

A partir dos ensinamentos de Adam Smith no século 18, os economistas passaram a acreditar que, quanto mais livre, melhor funcionaria a economia. Estavam seguros de que o mercado livre era um sistema eficiente para fazer com que o complexo e descentralizado processo de produção de bens e serviços refletisse com precisão as preferências dos consumidores e dos trabalhadores. Embora tivessem também consciência das imperfeições do mecanismo de preços, esses economistas estavam em geral de acordo em que a "mão invisível", ou seja, a cibernética do mercado, era a melhor forma de distribuir os recursos escassos da economia. Os economistas afeitos à teoria clássica entendiam também que na Administração Pública era imprescindível respeitar a regra fundamental do orçamento equilibrado para conter a tendência dos governos democráticos no sentido de financiar os déficits orçamentários e de fazer crescer os gastos governamentais.

A Grande Depressão dos anos 30 mudou muito dessa crença, embora a Depressão não tivesse ocorrido por culpa do livre mercado. Uma década de muito desemprego e quase nenhum progresso econômico destruiu a fé de grande parte dos economistas no sistema de mercado. Passaram a acreditar, inicialmente, num processo de estabilização econômica ativa, a cargo do governo, e a partir daí desenvolveu-se uma cega confiança na capacidade dos governos de emitir "pacotes" e pseudoleis para resolver todos os problemas sociais. Keynes diagnosticou a causa da Depressão como sendo um nível inadequado de demanda total e então recebeu um aumento nos gastos do governo como meio direto de estimular a demanda e, em consequência, a produção e o emprego. Argumentava em sua "Teoria Geral" que os trabalhadores previamente desempregados, que eram contratados para produzir o que o governo comprava, gastariam a maior parte de seus ganhos em mercadorias, o que estimularia outro turno de aumento da demanda. Este processo se repetiria em forma automática e, deste modo, o aumento total da demanda global seria um múltiplo substancialmente grande do incremento no gasto do governo.

A onda Keynesiana substituiu a visão clássica pela idéia de que, embora a economia fosse inerentemente instável, suas flutuações poderiam ser atenta-

das pela criação de um desequilíbrio no orçamento governamental, de modo a criar déficits na recessão e superávits na inflação. Assim, a teoria econômica Keynesiana deixou os políticos e os tecnocratas completamente à solta. O enxerto do Keynesianismo econômico com o demagogismo político-partidário acabou de vez com a última restrição efetiva — o orçamento equilibrado — que existia em relação aos apetites de gastar dos políticos e dos governos, sem uma aparente necessidade de tributação. Noutras palavras, removeu-se a chaveta de controle da máquina produtora de dinheiro, passando-se a inflar, à vontade, a base monetária, produzindo as infundáveis espirais de inflação que todos conhecem.

Há, outrossim, uma suposição implícita fundamental na "Teoria Geral" de Keynes: é a de que a política econômica seria realizada por homens sábios, que agiriam sem levar em consideração as pressões e as oportunidades políticas; e que seriam assessorados por tecnocratas econômicos isentos de interesse pessoal, verdadeiros eunucos da economia nacional. A observação dos fatos mostra que o comportamento da burocracia, dos eleitores e dos políticos nada tem a ver com essa suposição idealista. A postura Keynesiana ignora a realidade do sistema político-partidário que tem por fim a busca do ganho eleitoral. Nas chamadas democracias representativas os partidários não agem em conformidade com a teoria Keynesiana. Os déficits dão-lhes condição de gastar sem ter que aumentar os impostos ou as taxas; os superávits, entretanto, somente podem ser acumulados ou aumentando os impostos ou cortando os gastos, que são medidas de caráter menos popular e, portanto, não do gosto dos políticos. Os fatos mostram uma persistente preferência pelo déficit orçamentário e seu financiamento pelo aumento dos meios de pagamento.

É triste o legado de Keynes: a manipulação da economia para fins de lucro político-partidário; uma inflação insidiosa e permanente; um contínuo aumento dos gastos governamentais; o desemprego renitente e maldignificado; o desinteresse pelo processo de acumulação de capital e o desestímulo à poupança; e uma fé ilimitada no ativismo governamental gerando uma estatização incontrolável. E de se esperar, porém, que a realidade dos fatos reduza não só os economistas mas também os políticos e os intelectuais no sentido da teoria mais geral do mercado livre que vem sendo aperfeiçoada pelos estudiosos da economia clássica.

HENRY MAKSOUD é empresário nos campos do engenharia, editorial, hotelaria e informática. É também diretor responsável da revista semanal "Visão". Este artigo é o desenvolvimento de original editado naquela publicação (6.6.83).

A Palavra do Leitor

"Absurdos contra a agropecuária"

"Nos momentos de crise e de dificuldades é que surgem os verdadeiros líderes. E agora estamos vendo quê pobre de lideranças é o nosso meio rural, onde pouquíssimas são as vezes que se levantam a gritar contra os absurdos que estão a praticar contra a agropecuária brasileira, a mil prefeitos e com total desconhecimento dos problemas que a atingem. As Federações de Agricultura dos Estados, Cooperativas, Sindicatos Rurais e, como consequência, a própria Confederação Nacional da Agricultura são na maioria das vezes ocupadas por pessoas motivadas quase sempre pela vaidade, quase sempre pouco representativas, desinformadas e dóceis com o poder. A agricultura, senhores, vai mal. Não há poder que a represente, em defesa de seus interesses. No incompetente Congresso Nacional, poucos a defendem com conhecimento de causa, fibra e coração."

Sr. Douglas Vancura de Moraes (Alfenas, MG).

Sonho que pode ser realidade

"Em folheto de propaganda, leio que a União Soviética construiu um canal de irrigação de mais de 1.000 quilômetros de extensão, atravessando zonas desérticas, que acabaram se transformando em verdadeiros oásis verdejantes. Estou sonhando: o Brasil construindo esses canais, partindo do rio São Francisco e atravessando o chamado Polígono das Secas, a sede da seca do Nordeste. Com 1.000 km de extensão x 2m de profundidade, digamos, poder-se-iam empregar 100.000 trabalhadores braçais, se tudo feito manualmente, à base de pás, enxada e picareta. Nada de máquinas e motores, tudo à custa do braço. Caberiam a cada homem 10 metros, ou seja, 100 trabalhadores por km. Nada de projetos faraônicos, contornem-se os morros, para dar maior extensão aos canais. E assim tornar-se-ia possível o aproveitamento agrícola dessa vasta região. Acabariamos com o desemprego no Nordeste, teríamos 100.000 novos consumidores e até reativariamos nossa indústria e nosso comércio. Continuo sonhando. Mas cabe aos nossos mágicos ver se é possível transformar o sonho em realidade."

Sr. Victor Mazzone (Capital, SP).

"Pilhéria sem nenhuma graça"

"No momento em que a Nação enfrenta uma crise de credibilidade face a credores internacionais, sem poder cumprir seus compromissos, as portas da moralidade, quando o próprio Estado de São Paulo se encontra em situação pré-falimentar, e enchentes, inundações, desgraças de toda ordem flagelam o povo e toda a classe média, em meio à inflação, à carestia e à escassez de bens de consumo imediato, o programa "30 anos de Ibram Sued" foi uma pilhéria sem nenhuma graça. Lamentável a presença de tanta gente que se pensava seria e comprometida com responsabilidades políticas, em tal evento."

Sr. Boanerges Prado Vianna (Cananéia, SP).

Problema na Rodovia Marechal Rondon

"Quero levar ao conhecimento das autoridades do Estado o que vem acontecendo no km 232 da rodovia Marechal Rondon. Trata-se de local plano e no entanto os produtores agrícolas da região são obrigados a um circuito de 360 km em lugar de um percurso de apenas 50 km para ir e voltar da cidade de Botucatu. Tudo por causa de um trecho desbarrancado de pouco mais de 30 metros de comprimento. A primeira vez em que houve a erosão nesse trecho, o DER levou cerca de 50 dias para iniciar o conserto, que foi feito em apenas 4 dias. O balanço foi de 2 mortos. Na segunda vez arrumaram em 4 dias, e nas chuvas seguintes o mesmo problema se repetiu, só que até agora não iniciaram os trabalhos de reconstrução. Com a interdição da ligação da rodovia Marechal Rondon com a rodovia Castelo Branco via Bofete, a ligação para Botucatu passou a ser feita por Cesário Langel."

Sr. Paulo Campos (Capital, SP).

As cartas para esta coluna serão publicadas sempre que tiverem a identificação (nome e endereço e, se possível, telefone) do remetente. Por solicitação do interessado, a assinatura poderá ser omitida na publicação.

FOLHA DE S.PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Editor Responsável

Boris Casoy

Conselho Editorial:

Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Joaquim Botina, José Silveira, Osvaldo Parvalho e Odálio Frias Filho (secretário).

SÃO PAULO

Redação, Administração, Publicidade e Oficinas — Alameda Barão de Limeira, 425 — Campos Elzeas

São Paulo — Telefone Central (011) 220-0011

Caixa Postal 8079 — Endereços telegráficos — FOIHAS — Folha Informaçoes — Fone (011) 220-1622 e Telex n.º 01122930, 01124030, 01121793, 01122822

Código Postal 01202

Sucursal de Brasília — (DF)

C. L. S. 104 Bloco C — Lojas 33 e 34

Telefone Central (061) 223-0005

Sucursal do Rio de Janeiro — (RJ)

Av. Presidente Vargas, 502 — 8.º andar

Telefone (021) 233-7082

Sucursal de Belo Horizonte — (MG)

Av. Augusto de Lima, 407 — 1.º, 19 e 20

Telefones (031) 226-3844 — 725-3035

Sucursal de Porto Alegre — (RS)

Rua Jerônimo Coelho, 102 — 3.º andar

Telefone (0512) 25-9924

Sucursal de Curitiba — (PR)

Rua Bolívar, Corredo dos Reis, 1172, 1.º, 11

Telefone (041) 222-3245

Sucursal de Florianópolis — (SC)

Rua Anita Garibaldi, 8 — sala 5

Telefone (0482) 22-5233

Sucursal de Recife — (PE)

Rua Cléo Campelo, 44 — sala 306

Telefone (081) 224-3886

Sucursal de Campinas — (SP)

Rua Dr. Quirino, 1.254

Telefones (0192) 31-5181 e 8-9308

Sucursal de Santo André — (SP)

Rua Siquiera Campos, 540-544

Telefones 449-6201 e 449-6090

Sucursal de Santos — (SP)

Rua do Comércio, 32

Telefone (0132) 32-7141

Sucursal de Londrina — (PR)

Rua Santo Catarina, 152

Telefones (0432) 23-6174 e 23-9563

Correspondentes no Exterior

Paris: Cláudio Abramo

Nova York: Paulo Francis

Buenos Aires: Cláudio Rossi